

## **A criação e ações da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades da Universidade Federal de Santa Catarina e suas ressonâncias nos estudantes negros e negras ingressos por cotas raciais<sup>1</sup>**

**Alexandra E. V. Alencar<sup>2</sup>**

**Palavras-chaves: educação; SAAD; negros(as)**

Em dez anos de implantação das políticas afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2018), por meio da adoção de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros/as e indígenas, perspectivas e novos desafios se configuram no contexto do acompanhamento, permanência e êxito de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados ou pouco representados. Medidas institucionais corporificam relações dinâmicas de conflitos e negociações que envolvem a comunidade acadêmica de gestores/as, servidores/as e estudantes, bem como movimentos sociais organizados de representação dos respectivos segmentos beneficiados.

Foi apenas em 2016, que foi implantada na UFSC a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) como órgão executivo central, integrante da administração superior universitária, com o objetivo de auxiliar o gabinete da reitoria a propor, implementar, consolidar e monitorar políticas de ações afirmativas e diversidades no âmbito da UFSC, com intuito de contribuir na concretização e no fortalecimento de seu papel social. A secretaria tem como missão “desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas às ações afirmativas e de valorização das diversidades na Universidade, referentes à educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, contratação de pessoal e gestão institucional, em articulação com as demais estruturas universitárias” (SAAD, 2018).

O objetivo deste artigo é refletir sobre o processo de implantação das políticas afirmativas e diversidades na UFSC, em particular sobre os últimos dois anos, a partir do

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

<sup>2</sup> Pós-Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC) vinculada ao *Projeto Direitos Humanos, Antropologia e Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades*. Supervisão: Miriam Pillar Grossi. Agência de Fomento: Capes/Secadi.

impacto das ações coordenadas pela SAAD, no período de 2016 a 2018, principalmente no que tange os/as estudantes negros/as ingressos por cotas raciais. Esta pesquisa compõe o quadro dos objetivos do Projeto “Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades”, aprovado pelo Edital CAPES Educação em Direitos Humanos 2017 (38/2017), coordenado pelas professoras Miriam Pillar Grossi e Antonella Tassinari, dos Programas de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) e Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS). No quadro de formação de pesquisadores/as e de apoio material, o projeto conta com a participação do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI), que estão localizados no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da UFSC.

Abordamos aqui de que forma as políticas de ações afirmativas promovem uma diversidade em termos de presença que afeta a estrutura universitária, permeada pelos efeitos da colonização proposta para essa região do país e visibiliza a necessidade de repensar tal instituição em seu tripé constitutivo de ensino, pesquisa e extensão, através do princípio normativo da diversidade, referenciado aqui principalmente pelas vozes de estudantes negros e negras da UFSC ingressos por ações afirmativas, garantido desta forma o amplo exercício dos direitos humanos em uma perspectiva de educação intercultural e decolonial.

A metodologia consiste no aproveitamento das formações e avaliações obtidas dentro do âmbito do Projeto “Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades”; revisão bibliográfica sobre o tema; realização de entrevistas<sup>3</sup> com gestores da Secretaria de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina (SAAD/UFSC); análise das entrevistas feitas com estudantes negros/as ingressos por cotas raciais, no âmbito do Projeto Observatório das Ações Afirmativas da UFSC, realizadas entre 2012 e 2014, pelo Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI); dados obtidos na realização da *Vivência Xirê: sentidos criados no fazer Edição*

---

<sup>3</sup> Gostaria de agradecer a parceria da professora Dra Violeta Holanda da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira que durante os meses de agosto a outubro de 2018 realizou um pós-doutorado junto ao nosso projeto e participou na realização das entrevistas com os gestores da SAAD e da construção de muitas ideias presentes neste artigo.

*Especial*<sup>4</sup> ministrada por mim aos/as estudantes negros da UFSC, no último dia 26 de outubro de 2018; mapeamento de notícias sobre as ações afirmativas da UFSC e pesquisa de trabalhos científicos produzidos por estudantes ingressos por ações afirmativas, a exemplo do Caderno Textos e Debates nº 15: Ações Afirmativas em Debate, publicado pelo Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas (NUER) da UFSC.

## **1.A Criação e Atuação da SAAD/UFSC**

A Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades, instância com status de pró-reitoria, é instituída durante a gestão do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo<sup>5</sup> com intuito de responder as ausências no âmbito da gestão administrativa e organizacional das políticas afirmativas na UFSC. Atualmente a SAAD está estruturada da seguinte forma:

Secretário/a; Diretoria Administrativa;

Serviço de Expediente; Seção de Apoio Administrativo;

Coordenadoria de Relações Étnico Raciais;

Coordenadoria de Ações de Equidade;

Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero;

Coordenadoria de Acessibilidade Educacional;

Coordenadoria de Inclusão Digital;

Serviço de Apoio ao Indígena e Quilombola;

Serviço de Divulgação das Ações Afirmativas;

Serviço de Apoio à Mulher; Serviço de Apoio aos Projetos;

Comitê Enfrentamento às Discriminações;

Comitê Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Ações Afirmativas. Tal instância institucional não possui orçamento próprio, desta forma, realiza suas ações em parceria com as demais pró-reitorias, como a de assuntos estudantis, graduação, pós-graduação, secretaria de educação à distância e a secretaria de assuntos internacionais.

---

<sup>4</sup> Tal vivência criada em 2016 no âmbito da Aláfia Casa de Cultura - produtora que mensalmente realiza ações de reconhecimento e valorização da população e da cultura negra - visa promover atividades com base nas potências dos orixás que articulem valores afrobrasileiros como respeito à ancestralidade, religiosidade, oralidade, coletividade, comungabilidade, proporcionando bem estar aos participantes, além de poder ser utilizada como metodologia de pesquisa como ocorreu nesta edição especial, destina aos/as estudantes negros/as da UFSC.

<sup>5</sup> Luiz Carlos Cancellier de Olivo candidatou-se a reitor em 2015 pela chapa *A UFSC Pode Mais*. Tomou posse em 10 de maio de 2016, tendo como vice a professora Alacoque Lorenzini Erdmann. Em 14 de setembro de 2017 a Polícia Federal prendeu Cancellier na Operação “Ouvidos Moucos”. Após duas semanas de sua prisão preventiva, Cancellier morreu depois de se atirar do vão central de um shopping, em Florianópolis. Segundo relatos de familiares e amigos, o reitor afastado se sentia bastante abalado pela prisão e suas consequências e se dizia injustiçado. Ressalta-se que Cancellier estabelece como prioridade de gestão o fortalecimento das políticas afirmativas na universidade, agrupando demandas a partir do princípio de luta contra a discriminação em níveis diversos.

“Tudo que tá relacionado à bolsas, RU [Restaurante Universitário] e moradia, ou seja sobre permanência está vinculado a PRAE [Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis]. E a SAAD fica responsável pela gestão das políticas de ações afirmativas: como as pessoas entram, os trabalhos de validação que é preciso fazer e assessoria educacional para os estudantes”, afirma a secretária da SAAD Francis Tourinho, que é também professora do curso de graduação de Enfermagem, na mesma instituição (Entrevista em agosto de 2018).

Episódios relacionados a fragilidade e a não eficácia na seleção para a população indígena, a ausência de setor específico para tratar as questões de gênero e às fraudes nos processos de auto-declaração de negros/as e pardos impulsionaram de forma significativa a implantação da respectiva Secretaria. Neste sentido, a análise pontua o recorte de acompanhamento das políticas afirmativas coordenadas pela SAAD na inclusão dos grupos específicos de estudantes indígena, mulheres e LGBTQI+, negros/as. Ressalta-se, no entanto, que a SAAD reorganiza outras importantes ações de acesso e permanência estudantil, como, por exemplo, a articulação e unificação na execução do cadastro de estudantes com vulnerabilidade sócio-econômica; a inclusão e fortalecimento do setor de acessibilidade, anteriormente vinculada à Prograd; acesso à tecnologias e inclusão digital; e, iniciativas como acolhimento diferenciado para discentes mães, incluindo o acesso a sala de amamentação na universidade e garantia de auxílio creche, e programas direcionados aos/às estudantes idosos/as.

### **1.1 Da política afirmativa para estudantes indígenas**

Desde 2006, foi diagnosticado o número reduzido de estudantes indígenas na UFSC em circunstância das dificuldades no processo seletivo. Com a implementação das ações afirmativas na UFSC a partir do vestibular de 2007 e ingresso desses estudantes em 2008 aumenta-se a presença indígena na universidade, mas tal segmento populacional não chega a preencher todas as vagas disponíveis. Ciente da necessidade de ampliação da participação indígena entre os/as estudantes cotistas, foram mobilizadas parcerias entre a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC e o Núcleo Estudos de Populações Indígenas (NEPI), através de programas de extensão financiados pelo edital PROEXT/MEC, com intuito de favorecer uma aproximação direta, por meio de visitas às comunidades externas à universidade. De 2012 a 2014 houveram três edições do edital PROEXT/MEC, na qual a UFSC foi contemplada nesta temática com enfoques específicos e coordenações diferenciadas:

- Edital PROEXT 2012: Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior (coordenação geral de Antonella Tassinari).
- Edital PROEXT 2013: Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior (coordenação geral de Marcelo Tragtenberg).
- Edital PROEXT 2014: Indígenas e Negros no Ensino Superior e em Acervos Virtuais (coordenação geral de Edviges Marta Ioris)

As atividades desenvolvidas pelos projetos ao longo desses três anos foram: a realização de oficinas de discussão sobre questões étnico-raciais e ações afirmativas em escolas indígenas, quilombolas e da rede pública; a produção de material didático para subsidiar as discussões nas oficinas, a exemplo do Guia de Informações Estudantis; a constituição de bancos de dados (em hipermídia) na UFSC, voltados para a preservação da memória de acervos antropológicos (AVISC e projeto de Memórias do Oiapoque) e das trajetórias de estudantes negros e indígenas na instituição (Observatório das Ações Afirmativas).

Através principalmente das oficinas em escolas indígenas, observou-se a dificuldade desses estudantes em adequar-se ao vestibular existente e foi indicado pelo NEPI/UFSC à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC a realização de vestibular específico que contemplou, inicialmente, a avaliação de histórico escolar e, em seguida, a realização de prova específica.

Segundo a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Tassinari, coordenadora do NEPI e coordenadora do projeto do Edital PROEXT 2012: “quando a equipe chegava à escola os estudantes não tinham noção do que era a UFSC. Achavam que era uma universidade privada e não sabiam nada sobre os cursos, nem sobre as formas de ingresso. Alguns professores se posicionavam de forma contrária ao sistema de cotas e resistiam aos debates sobre gênero<sup>6</sup>.”

Demandas específicas quanto ao acesso e permanência dos/as estudantes indígenas são temas tratados pela SAAD. Durante o processo seletivo foi verificado a necessidade de readequação dos formulários de cadastro para estudantes indígenas das etnias guarani, kaikang e xokleng, tendo em vista a resistência deste segmento com os trâmites

---

<sup>6</sup> Tal depoimento foi fornecido durante o 4º Seminário do Projeto Direitos Humanos, Antropologia e Educação: experiências formativas em gênero e diversidade, intitulado Oficina da Memória: Atividades do NEPI de Extensão 2012-2016, realizado na sala do NEPI, no último dia 15 de agosto de 2018.

excessivamente burocráticos e o acesso ao sistema digital. Também foi estruturado o ciclo intercultural como estratégia de prevenção da retenção<sup>7</sup>. Trata-se de uma formação com duração de um ano, anterior a entrada na graduação, que “ambienta” o/a estudante à vida acadêmica, permitindo-lhe uma melhor adaptação através de vivências interculturais e reforço nos conteúdos de língua portuguesa e cálculo. A partir de 2018, o acompanhamento ao processo de permanência contou com inserção de bolsas de monitoria indígena, que são renovadas semestralmente. Hoje, a instituição conta com 120 estudantes indígenas, desses 34 ainda estão instalados de forma provisória em um espaço denominado “Maloca”, que localiza-se nas antigas dependências do Restaurante Universitário da UFSC.

Assim, um dos importantes desafios relatado pelos/as gestores/as da SAAD é a problemática da ocupação dos espaços de convivência interna por/entre os grupos específicos. Os arranjos configurados internamente apresentam mais situações de segregação do que de interação intercultural, seja entre os grupos minoritários ou entre estes e a comunidade acadêmica em geral. Percebe-se também o pouco investimento ao trato específico das populações quilombola, negra, mulheres e LGBTTT+, quando comparado ao grupo indígena.

## **1.2 Da política afirmativa para estudantes mulheres e LGBTTT+**

Desde o final dos anos 1970, com o processo de redemocratização no Brasil e a mobilização social dos movimentos feministas e LGBTTT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais), em defesa da liberdade sexual e de políticas públicas voltadas para grupos específicos, sobretudo, após o advento da epidemia de HIV/Aids nos anos 1980, a sociedade brasileira tem vivenciado importantes mudanças de valores no que tange a vida privada e as relações sociais que envolvem mulheres e pessoas LGBTTT+.

---

<sup>7</sup> Retenção no ensino superior é a expressão utilizada tecnicamente para se referir ao processo que resulta na permanência prolongada do estudante na universidade, levando a um atraso no período de integralização – que é o tempo médio que o aluno leva para concluir um curso de graduação. A retenção é um dos fatores que mais interfere na queda da chamada Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), indicador calculado a partir da relação entre o número de formados num determinado período e o número de ingressantes de anos anteriores cuja previsão de formatura coincide com o período considerado. Ver em: <http://www.uff.br/?q=noticias/29-06-2015/pesquisa-inedita-analisa-causas-da-retencao-de-alunos-da-uff>.

Acesso em: 18 de setembro de 2018.

Problemáticas relacionadas à violência doméstica e familiar, bem como às formas de discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero têm articulado esforços importantes no âmbito da legislação como, por exemplo, a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, e de políticas nacionais, como o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia e da Política Nacional para as Mulheres, ambos em 2004. Desde então, ampliou-se gradativamente o debate sobre a importância dos direitos e da participação política destes segmentos na vida social do país, tendo como princípio norteador a educação para a liberdade e a igualdade de gênero. Ressalta-se ainda a importante pressão popular demandada pelas reivindicações das Conferências Internacionais da ONU (1975, 1980, 1985, 1995) e Nacionais das Mulheres (2004, 2007, 2011, 2016) e LGBTT+ (2008, 2011, 2016).

Neste contexto, a universidade se insere no processo social criando e/ou reproduzindo reflexões e práticas relacionadas a (des)igualdade de gênero. Numericamente, a UFSC já apresenta um equilíbrio quantitativo de representação por gênero entre discentes. Dos/as 44.735 estudantes, 51,4% são homens e 48,6% mulheres, embora haja significativa concentração masculina ou feminina em áreas específicas do conhecimento. Nas tecnologias e campus do interior catarinense, a predominância é a presença de estudantes homens, já na educação e saúde a predominância é de estudantes mulheres (SAAD/UFSC, 2018). Para além da presença que já afeta, medidas importantes como o enfrentamento à violência contra a mulher e fobias de gênero no cotidiano da universidade começam a ser articuladas internamente por meio da criação da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN), vinculada à SAAD, coordenada até 2018 pela Dr<sup>a</sup> Olga Zigelli Garcia, também professora do Departamento de Enfermagem da UFSC.

São atribuições da CDGEN implementar políticas de enfrentamento à fobia de gênero e violências contra mulher no âmbito da UFSC; coordenar programas, projetos e atividades, visando o respeito à dignidade da população LGBT, independente da orientação sexual e da identidade de gênero; promover campanhas e palestras institucionais de combate à fobia de gênero e a violências contra mulheres; receber e encaminhar denúncias de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; encaminhar denúncias de mulheres oriundas do Serviço de Atendimento à Mulher de mulheres em situação de

violência; revisar a legislação da UFSC buscando a garantia dos direitos humanos relativos à diversidade sexual e também violências contra as mulheres auxiliando no estabelecimento de penalidades acadêmicas para as pessoas infratoras; coordenar projetos de capacitação e formação continuada a partir da temática direitos humanos, diversidade sexual e violências contra mulheres, para servidoras/es técnico-administrativas/os, acadêmicas/os e professoras/es da UFSC; estimular a criação de uma rede de atendimento e orientação às mulheres, entre as Unidades Administrativas da UFSC com a finalidade de construir relações inter-institucionais e aperfeiçoar o padrão de atendimento para as mulheres em situação de violência no âmbito da UFSC (SAAD, 2018).

Segundo Aurivar Fernandes (2018), atual coordenador da CDGEN, “apesar das questões de gênero não estar vinculada às ações afirmativas da PPI (reservas de cotas para preto, pardos, indígenas e pessoas com deficiência) na UFSC, não tem como não se considerar as problemáticas da população LGBTTT+ e mulheres na perspectiva de uma política de reparação.”

A coordenadoria cria um espaço de escuta, acolhimento, apoio nos casos de denúncias para as mulheres e a população LGBTTT+, sobretudo, nas questões relacionadas à LGBTTTfobia, violência contra a mulher nos espaços da universidade e sofrimento psíquico relacionado à vivência de violências relacionadas à orientação sexual e/ou contra a mulher na comunidade universitária. O serviço conta com o atendimento psicológico para os casos acima citados. Nos campi instalados no interior do Estado (Joinville, Araranguá, Curitibanos e Blumenau), embora haja denúncias registradas de casos de violência, os serviços de atendimento aos/às estudantes acontecem de forma autônoma, a depender de cada equipe disponível, e com pouca articulação interna de acompanhamento entre a SAAD e demais equipes das unidades acadêmicas.

Embora os casos de denúncia já cheguem diretamente à SAAD por meio das/os discentes e/ou encaminhadas por servidores/as e gestores/as da universidade, campanhas sistemáticas são organizadas seguindo um calendário estratégico como medida educativa de sensibilização contra homofobia, assédios, violência contra a mulher e discriminação. Inspirada na experiência da Universidad Complutense de Madrid, compartilhada com a



equipe da UFSC por seu coordenador o Prof<sup>o</sup> José Ignacio Pichardo<sup>8</sup>, a secretaria cria a campanha “Selos da Diversidade” como instrumento de solidariedade e mobilização da diversidade de gênero (Selo Catavento), raça/etnia (Selo Global Etnia), inclusão (Selo I-Digital), equidade (Selo Equidade) e acessibilidade (Selo Acessibilidade), envolvendo toda a comunidade acadêmica.

Contudo, ainda persistem queixas sobre a não articulação entre os processos de denúncia dos casos de violências e os encaminhamentos institucionais adequados, seja do ponto de vista interno, que envolve unidades acadêmicas e administrativas, colegiados de cursos e/ou externo, que necessita da articulação entre redes de serviços como a de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, Secretarias de Defesa dos Direitos Humanos e LGBTT+, etc., nos diversos municípios catarinenses em que a UFSC está presente. Para tanto, uma nova comissão foi formada, por diversos profissionais e gestores de unidades acadêmicas e administrativas, com intuito de estruturar um regimento interno específico (e fluxograma) para os casos de violência de gênero e racismos. E, nova contratação de assistente social está sendo mobilizada para fortalecer o atendimento da CDGEN.

Outro fator importante, diz respeito ao uso do nome social na UFSC. Desde 2012, a resolução normativa nº 18/Cun, reconhece o uso do nome social<sup>9</sup> (nome pelo qual a pessoa se identifica) nos registros, documentos e atos da vida acadêmica. No entanto, tal medida necessita do acompanhamento da ampliação do reconhecimento do direito e do respeito aos/às estudantes Trans, visto que ainda é tímida a presença destes/as discentes no ambiente acadêmico, bem como a articulação da SAAD com seus respectivos grupos de ativismos. A coordenadoria ainda mapeia o quadro de componentes curriculares e núcleos de pesquisa que interseccionam as temáticas das diversidades de gênero no âmbito da UFSC.

Vale ressaltar, o esforço a partir das parcerias entre a nova secretaria e os grupos consolidados pelo trabalho reflexivo e de mobilização das questões de gênero na UFSC, tais como o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), o Núcleo de Identidades de Gênero e

---

<sup>8</sup> Essa é a segunda oportunidade que a UFSC conta com o diálogo presencial do professor Pichardo, que esteve em agosto de 2017 para participar do Mundo de Mulheres e em 2018 com apoio do CNPq - Prof Visitante. Nesta última oportunidade além de cursos ministrados, sua assessoria à CDGEN foi fundamental para os projetos desenvolvidos.

<sup>9</sup> O antropólogo Vinicius Kauê Ferreira aborda tal temática em seu artigo Le “nome social”: luttés pour la reconnaissance sociale des travestis et transsexuels à l’Université Federal de Santa Catarina, Brésil. Publicado em Passages de Paris (APEB-Fr), v. 7, p. 74-82, 2012.

Subjetividades (NIGS) e o Margens (Núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero). Destaque-se que também graças ao apoio da CDGEN foi criado em 2018 o Netrans (Núcleo de Estudos de Travestilidades, Transgeneralidades e Transexualidades) que agrupa estudantes trans da graduação e pós-graduação e é coordenado na plataforma do CNPq pela Dra. Olga Zigelli Garcia.

### 1.3 Da política afirmativa para estudantes negros/as

A partir de um mapeamento de notícias sobre as ações afirmativas na UFSC de 2006 a 2018, realizado pela graduanda em Antropologia da UFSC Giovanna Barros Gomes vinculada ao *Projeto Direitos Humanos, Antropologia e Educação: experiências formativas em gênero e diversidade*, obtemos o seguinte quadro:

NOTÍCIAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS	FONTE	DATA DE PUBLICAÇÃO
Gráficos: Evolução de ingressos negros e brancos na UFSC	<a href="http://saad.ufsc.br/graficos-evolucao-de-ingressos-de-negros-e-brancos-na-ufsc">http://saad.ufsc.br/graficos-evolucao-de-ingressos-de-negros-e-brancos-na-ufsc</a>	-
UFSC poderá ter cotas a partir do vestibular 2008	<a href="http://noticias.ufsc.br/2006/11/ufsc-podera-ter-cotas-a-partir-do-vestibular-2008">http://noticias.ufsc.br/2006/11/ufsc-podera-ter-cotas-a-partir-do-vestibular-2008</a>	21/11/2006
UFSC passa a adotar sistema de cotas para estudantes negros para o Vestibular 2008	<a href="http://www.palmares.gov.br/archives/2162">http://www.palmares.gov.br/archives/2162</a>	11/07/2007
Justiça Federal suspende sistema de cotas na UFSC	<a href="https://www.conjur.com.br/2008-jan-21/justica_federal_suspende_sistema_cotas_ufsc">https://www.conjur.com.br/2008-jan-21/justica_federal_suspende_sistema_cotas_ufsc</a>	21/01/2008
Estudantes da UFSC são contra cotas no vestibular	<a href="http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2008/01/22/422774/estudantes-da-ufsc-so-contra-cotas-vestibular.html">http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2008/01/22/422774/estudantes-da-ufsc-so-contra-cotas-vestibular.html</a>	22/01/2008
Cotistas da UFSC temem perder as vagas	<a href="http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL269709-5604,00-COTISTAS+DA+UFSC+TEMEM+PERDER+AS+VAGAS.html">http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL269709-5604,00-COTISTAS+DA+UFSC+TEMEM+PERDER+AS+VAGAS.html</a>	23/01/2008
Cotas voltam a valer na UFSC	<a href="http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL282213-5604,00-COTAS+VOLTAM+A+VALER+NA+UFSC.html">http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL282213-5604,00-COTAS+VOLTAM+A+VALER+NA+UFSC.html</a>	31/01/2008
42,3% das universidades federais do país têm cotas para negros e índios	<a href="http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/423-das-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-negros-e-indios.html">http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/04/423-das-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-negros-e-indios.html</a>	27/04/2012
Cotas voltam a valer na UFSC: Programa de ações afirmativas da UFSC é aprovado por novos 5 anos	<a href="https://nepieduca.wordpress.com/2012/06/29/programa-de-acoes-afirmativas-da-ufsc-e-aprovado-por-novos-5-anos">https://nepieduca.wordpress.com/2012/06/29/programa-de-acoes-afirmativas-da-ufsc-e-aprovado-por-novos-5-anos</a>	29/06/2012
A nova Lei de Cotas: um problema para a inclusão de negros e indígenas na UFSC	<a href="https://nepieduca.wordpress.com/2012/09/07/a-nova-lei-de-cotas-um-problema-para-a-inclusao-de-negros-e-indigenas-na-ufsc">https://nepieduca.wordpress.com/2012/09/07/a-nova-lei-de-cotas-um-problema-para-a-inclusao-de-negros-e-indigenas-na-ufsc</a>	07/09/2012
O Haiti é ou não é aqui? A Lei de Cotas e a inclusão étnico-racial na UFSC	<a href="https://nepieduca.wordpress.com/2012/09/24/o-haiti-e-ou-nao-e-aqui-a-lei-de-cotas-e-a-inclusao-etnico-racial-na-ufsc">https://nepieduca.wordpress.com/2012/09/24/o-haiti-e-ou-nao-e-aqui-a-lei-de-cotas-e-a-inclusao-etnico-racial-na-ufsc</a>	24/09/2012
Sistema de cotas muda perfil da UFSC durante os cinco anos de implantação	<a href="http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/10/sistema-de-cotas-muda-perfil-da-ufsc-durante-os-cinco-anos-de-implantacao.html">http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2012/10/sistema-de-cotas-muda-perfil-da-ufsc-durante-os-cinco-anos-de-implantacao.html</a>	21/10/2012
Alunos cotistas da UFSC protestam contra preconceito na universidade	<a href="http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/12/alunos-cotistas-da-ufsc-protestam-contra-preconceito-na-universidade.html">http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/12/alunos-cotistas-da-ufsc-protestam-contra-preconceito-na-universidade.html</a>	11/12/2013
Audiência Pública sobre Validação da Autodeclaração de Negros e Indígenas	<a href="http://saad.ufsc.br/2017/11/27/audiencia-publica-sobre-validacao-da-autodeclaracao-de-negros-e-indigenas">http://saad.ufsc.br/2017/11/27/audiencia-publica-sobre-validacao-da-autodeclaracao-de-negros-e-indigenas</a>	27/01/2017
Seminário apresenta resultados da pesquisa nacional 'Trajetórias de cotistas no ensino superior'	<a href="http://noticias.ufsc.br/2018/05/seminario-trajetorias-de-cotistas-no-ensino-superior-acontece-na-sexta-feira-11">http://noticias.ufsc.br/2018/05/seminario-trajetorias-de-cotistas-no-ensino-superior-acontece-na-sexta-feira-11</a>	08/05/2018
Coletivos negros da UFSC acusam 27 alunos de direito de fraude em cotas raciais	<a href="https://www.buzzfeed.com/felitti/coletivos-negros-da-ufsc-acusam-27-alunos-de-direito-de">https://www.buzzfeed.com/felitti/coletivos-negros-da-ufsc-acusam-27-alunos-de-direito-de</a>	15/06/2018

Tal sistematização nos permite perceber que até 2012 quando surge a Lei Federal de Cotas (12.711/2012) e se reedita o Programa de Ações Afirmativas da UFSC, aprovado pelo Conselho Universitário (CUN/UFSC), por meio da Resolução Normativa nº 22/CUN/2012<sup>10</sup>, muito das notícias abordavam posições favoráveis e contrárias à

<sup>10</sup> Tal Resolução Normativa ainda será atualizada ainda nos anos de 2013 e 2014, sendo atualmente as políticas de ações afirmativas da UFSC normatizadas, através da Resolução Normativa nº 52 do Conselho Universitário publicada em 2015 que dispõem das regras para os processos seletivos do vestibular de 2016 a

implementação das ações afirmativas na UFSC, mesmo que esta universidade, através da autonomia das instituições de ensino superior de adotar tal política pública, já haviam implementado o ingresso por cotas desde o vestibular de 2007, com ingresso de tais estudantes na UFSC a partir de 2008.

Também por meio do mapeamento é possível observar que de todos as cotas existentes dentro das políticas de ações afirmativas da UFSC a que ganha maior dimensão midiática e promove debates repletos de tensões é o ingresso de estudantes por meio de cotas étnico-raciais, reservada aos/as estudantes fenotipicamente negros/as e auto-declarados indígenas.

Outra questão polêmica da política de ações afirmativas diz respeito aos processos de validação das auto-declarações étnico-raciais. Esta questão extrapolou o espaço do campus da UFSC como se pode ver no site de notícias Diário do Centro do Mundo<sup>11</sup>, no qual encontramos matéria publicada em 01 de julho de 2018, com o seguinte título *Coletivos Negros denunciam possível fraude no sistema de cotas da UFSC*. Ao longo da reportagem há a denúncia destes coletivos de que, entre os anos de 2014 e 2017, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não realizou a banca de verificação, o que teria permitido que alunos/as brancos/as fraudassem o sistema de cotas PPI (pretos, pardos e indígenas) por meio da autodeclaração étnico-racial. O Coletivo Negro Lélia Gonzales (LeGon), Coletivo Kurima, Movimento Negro em Defesa das Cotas, Coletivo Vozes Negras e Coletivo Negros Saberes, dessa maneira, assinaram o documento, que foi encaminhado à reitoria da universidade e apresentado ao Ministério Público Federal.

Já no site de Notícias da UFSC<sup>12</sup>, em matéria publicada em 2018, compreendemos que a comissão para validação da autodeclaração de Pretos, Pardos e Indígenas é a mesma que analisa os candidatos provenientes das vagas reservadas do vestibular para negros. A comissão, que já existia desde 2008, foi extinta em 2014 e voltou esse ano. Francis Tourinho, secretária da SAAD/UFSC explica que esse retorno se deve a questões internas, como denúncias de fraudes; e questões externas como a solicitação do Ministério Público.

---

2022. O que nos mostra que tal política pública por ser constantemente avaliada vai sendo ajustada de forma processual.

<sup>11</sup> <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/coletivos-negros-denunciam-possivel-fraude-no-sistema-de-cotas-da-ufsc/>

<sup>12</sup> <https://noticias.ufsc.br/2018/02/alunos-classificados-pelas-cotas-sociais-e-raciais-realizam-validacao-da-autodeclaracao-na-ufsc/>

A comissão é formada por servidores da universidade, estudantes e representantes do movimento negro externo à Universidade. A análise é a partir do fenótipo, ou seja, a aparência, e não a ascendência. Mas Francis também afirma que a comissão funciona mais como um acolhimento do que uma verificação: “Eles chegam, são acolhidos na sala de espera e a gente explica a importância que a vaga seja realmente pra quem é de direito pela lei. A comissão é uma conversa”.

Além disso, dentro do âmbito da SAAD/UFSC, foi criada a Coordenadoria de Relações Étnico Raciais (CRER) que tem como objetivos: assessorar a SAAD (Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades) nas questões referentes às ações afirmativas para indígenas, negros e quilombolas com estratégias para acolhimento e inserção dos estudantes no ensino, pesquisa e extensão; promover a visibilidade e o reconhecimento do patrimônio cultural indígena, afro-brasileiro e africano; e atuar como canal de apoio para estudantes e os demais órgãos compartilhando informações de conscientização contra o racismo e orientando em casos de crimes raciais. No entanto, além da retomada dos processos de validação e de condições de permanência, por meio de bolsas destinadas a todos/as estudantes ingressos por ações afirmativas, não há ações institucionais específicas a estudantes negros/as e quilombolas. O que se tem efetivado é a denúncia de casos de racismo desses estudantes à SAAD/UFSC e Ouvidoria e várias ações realizadas de forma autônoma, dentro dos espaços da UFSC, por esses coletivos de estudantes negros e negras como palestras, debates, exposições, oficinas, ocupação de espaços da universidade, como a Sala Quilombo, e eventos que envolvem várias práticas culturais a exemplo da Virada Anti Racista, ocorrida em 2016 e 2017.

## **2. Negro(a) e Universitário(a)?!**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), assim como a sociedade catarinense é atravessada por um processo histórico de invisibilidade negra estruturado pela ideologia do racismo. Segundo Ilka Boaventura Leite (1996) o fato de Santa Catarina possuir um menor número de população negra, comparado com outros estados do país, fortaleceu as seguintes imagens: Santa Catarina como Estado branco; a Europa incrustada no Brasil; um Estado com superioridade racial; um Estado com desenvolvimento e

progresso. Tais imagens dão a entender que houve um processo de concretização do projeto imigrantista implantado desde meados do século XIX visando o branqueamento do país.

A justificativa para isso, segundo a autora, é que Santa Catarina tem e teve presença, rara, inexpressiva ou insignificante de população negra atribuída historicamente pela ausência de um grande sistema escravista voltado para exportação. Isso demonstra que apenas o passado explica o presente, ignorando fluxos recentes migratórios. A outra justificativa sugere que Santa Catarina teve relações democráticas ou igualitárias de escravidão. Essas relações seriam decorrentes, sobretudo do modelo econômico implantado (minifúndio) e de um menor contingente de escravos.

Assim a invisibilidade dos negros e negras pode ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações. Tal noção foi utilizada pela primeira vez por Ralph Ellison em 1952 nos Estados Unidos. O autor do romance *Homem Invisível* descreve os mecanismos de manifestação do racismo nos EUA, sobretudo, na entrada de ex-escravos e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado e as relações sociais decorrentes de suas novas condições e status. Ellison procura demonstrar que o mecanismo de invisibilidade se processa por certo tipo de olhar que nega sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade (apud Leite, 1996: 41).

Esses processos de invisibilidade podem ser observados em relação aos negros, mas também em relação a outros tipos de sujeitos sociais (portadores de necessidades especiais, mulheres, povos indígenas, população LGBTQ+, moradores de rua, dentre outros). A invisibilidade pode ocorrer tanto no âmbito individual, coletivo, em ações institucionais, oficiais e em textos científicos. Pode ser provocada por setores dominantes da sociedade, mas também pelos próprios sujeitos marginalizados. Novos mecanismos sutis ou explícitos de exclusão dos negros são revelados em pesquisas recentes. Por outro lado estratégias utilizadas pelos negros ao longo deste século lidam diariamente com a invisibilidade, com o racismo e as mais diferentes formas de segregação. Nesse processo de reivindicação de políticas públicas de visibilidade e valorização surgem os protagonismos negros.

No que tange a implementação de políticas de ações afirmativas na UFSC, de acordo com Marcelo Tragtenberg *et al* (2013) analisando o perfil dos classificados no vestibular da UFSC ao longo dos anos, observou-se, com a implementação do Programa de Ações Afirmativas no ano de 2008, mudança significativa, com o aumento de estudantes de

cor/raça preta e parda. A média de estudantes classificados de cor/ raça preta e parda antes das ações afirmativas (2004 a 2007) era de 1,0% e 7,5%, respectivamente. A partir de 2008, e das ações afirmativas, o percentual médio de pretos passou para 4,6% e entre os pardos cresceu para 8,8%.

Para que se possa avaliar essa mudança de perfil racial, é preciso ter em mente que os percentuais de pretos e pardos em SC, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000, eram 2,7% e 7,1%, respectivamente. Já em 2010, os percentuais desses grupos passaram a 2,9% e 12,3%. Além disso, cerca de 1/3 dos alunos da UFSC vem de outras unidades da federação, todas com percentuais de pretos e pardos em sua população maiores que os de Santa Catarina.

A partir de tais análises é possível perceber que por meio de conquistas dos movimentos sociais, as ações afirmativas, enquanto legislações implementadas, mudam a “cara da universidade brasileira”, sobretudo da UFSC. Mas os dados estatísticos que são números podem ter várias interpretações, dependendo da forma que arranjamos eles, conforme nos mostra em palestra a professora Hildete Pinheiro (UFF). Assim muitas vezes, eles não conseguem dimensionar o fato de que representantes de grupos que eram analisados como objetos de estudos científicos, passam agora a estar também presente nas salas de aula, a ser uma presença que afeta, pois visibiliza os privilégios e questiona a estrutura da universidade, bem como a construção do conhecimento que vem sendo produzido até então.

Mas como é se sentir ao mesmo tempo negro e universitário? Para W.E.B Du Bois, sociólogo, historiador, ativista e editor norte-americano que já escreve em 1903 sobre a condição do negro americano, que passa a exercer o direito civil de votar nos Estados Unidos, o argumento parte da pergunta como é sentir-se um problema? Para o autor, o negro é uma espécie de sétimo filho onde o mundo americano não lhe concede uma consciência verdadeira de si, mas apenas ver-se a si mesmo através da revelação do outro mundo. Tal sensação gera a noção de dupla consciência, "esta sensação de se estar sempre a olhar para si mesmo através dos olhos dos outros, de medir a nossa alma pela bitola de um mundo que nos observa com desprezo trocista e piedade. Sempre esta dualidade - um Americano, um Negro; duas almas, dois pensamentos, dois anseios irreconciliáveis; dois ideais em contenda num corpo escuro que só não se desfaz devido à sua força tenaz" (Du

Bois, 2011:51). Através desta perspectiva podemos observar como ainda é latente esse sentimento na população negra, em várias partes do mundo, no caso dos/das estudantes negros/as universitários/as atualmente poderíamos ampliar ainda mais essa dupla consciência de Du Bois para outras dimensões, quando interseccionamos<sup>13</sup> as dimensões de gênero, de classe e de capacitismo a essas consciências, complexificando ainda mais a análise.

Dentro desse contexto e a partir do mapeamento de notícias sobre as ações afirmativas na UFSC, realizada no âmbito do *Projeto Direitos Humanos, Antropologia e Educação: experiências de formação em gênero e diversidade* destacamos, em sua maioria, notícias sobre a implementação de tais políticas e posições contrárias às ações afirmativas. Mas a partir de tal mapeamento podemos observar também a formação e atuação de coletivos de estudantes negros e negras ingressos/as por ações afirmativas dentro da UFSC, a partir de 2011.

Nesse sentido podemos observar que essas presenças que afetam o espaço universitário, começam a se reconhecer, se identificar e se “aquilombar” com outros/as. No filme *Ori*, de Raquel Gerber (1989), através de uma linguagem glauberiana, a cineasta e socióloga que conta a história dos movimentos negros de 1977 a 1988, utilizando como fio condutor a vida da historiadora e militante Maria Beatriz Nascimento explicita a categoria quilombo que emerge como uma busca por um território, mas também remete a uma memória ancestral que reside no corpo negro diaspórico. Nos vários movimentos desses corpos no espaço-tempo processos de identificação vão se desenhando formando a criação de vários coletivos negros. São vários pois a forma de pensamento não é uniforme.

---

<sup>13</sup> O feminismo interseccional se propõe a pensar sobre as intersecções que existem entre os marcadores de gênero, raça e classe. O termo feminismo interseccional surge nos anos 80 e sua criação é atribuída a professora de Direito Kimberlé Crenshaw, que afirma que o termo surge de sua tentativa de refletir sobre como determinadas leis antidiscriminatórias não davam conta da relação que existia entre gênero e raça, sendo que se identificava a necessidade de pensar os efeitos das interações desses marcadores (Crenshaw, 2002). Mesmo que o termo feminismo interseccional seja atribuído a Crenshaw, outras escritoras da época também estavam pensando essas intersecções, como bell hooks e Audre Lorde. bell hooks em *Mulheres Negras: moldando a teoria feminista*, vai afirmar que o feminismo até então teria sido hegemônico, de modo que, o pensamento feminista produzido apenas dizia respeito a um grupo muito seletivo de mulheres, que seriam as mulheres brancas estadunidenses, casadas, com formação universitária, de classe média e alta. bell hooks, assim como outras pensadoras da época, afirmam como feministas brancas também não possuiriam consciência de como por vezes suas perspectivas refletem seus preconceitos de classe e raça. Desse modo, o feminismo interseccional se propõe a pensar os complexos efeitos das interações entre a discriminação sexista, o classicismo e o racismo (hooks, 2015).

Assim nesses vários coletivos de estudantes negros/as que surgem na UFSC tal identificação, acolhimento e empoderamento vivido por esses sujeitos/as nos permite olhar para essas coletividades, através da noção de quilombismo. Nascimento (1980) define quilombismo como formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, com ostensivas finalidades religiosas, recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Assim essa rede de associações permitida ou "ilegal" integraram práticas de libertação e protagonismo da própria história à população negra brasileira.

Na UFSC, esses associativismos permitem aos/as estudantes negros/as perceberem-se enquanto sujeitos/as de direito e criar redes de afeto, pautadas na valorização de valores afrobrasileiros, para resistirem às violências diárias, provocadas pela ideologia do racismo que estrutura nossa sociedade e a universidade tanto nas relações pessoais, quanto de forma institucional.

Racismo aqui é entendido nos termos de Franz Fanon (2011), psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista martinicano, como um elemento cultural de uma estrutura dada, ou seja, a opressão sistematizada de um povo. O autor afirma que para justificar cientificamente o racismo usou-se de argumento biológicos que comprovaram a inferioridade negra tais como: forma comparada do crânio, quantidade e configuração dos sulcos do encéfalo, dentre outras - o que nos faz lembrar das pesquisas de Nina Rodrigues, considerado o fundador da antropologia criminal brasileira e pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país.

Mas houve uma mudança do *racismo biológico* para o *racismo cultural*. Assim segundo Fanon “O objeto do racismo é, não discriminar o homem particular, mas uma certa forma de existir” (2011:274). Tal mudança foi provocada pela lembrança do nazismo, a miséria comum de homens diferentes, a escravização comum de grupos sociais importantes, o surgimento das ‘colônias européias’, a tomada de consciência dos trabalhadores dos países colonizadores e racistas, a evolução das técnicas, dentre outros aspectos. Contextos que nos permite fazer um paralelo entre as perspectivas evolucionista e o do culturalismo norte-americano, situados dentro da disciplina da antropologia.



### **3. O lixo vai falar: a voz dos/das estudantes negros/as ingressos/as por ações afirmativas na graduação, mestrado e doutorado e as ressonâncias do pensamento de Lélia Gonzalez para além do seu tempo**

A partir da análise das entrevistas com estudantes negros/as que compuseram o Projeto Observatório das Ações Afirmativas, realizado pelo Núcleo de Estudos de Populações Indígenas (NEPI) da UFSC é possível perceber que a universidade se revelou como uma abertura de possibilidades, proporcionando para alguns/algumas estudantes para além do conhecimento, diploma e inserção no mercado de trabalho, também experiências como intercâmbios. Contudo para alguns/algumas estudantes, principalmente em cursos onde a presença negra era algo praticamente inexistente antes do Programa das Ações Afirmativas como graduações vinculadas à área das exatas ou mesmo na área do Direito, o cotidiano acadêmico é marcado por situações cotidianas de racismos, dificuldade no acompanhamento dos conteúdos e a conjugação da necessidade de trabalhar e estudar para poder dar continuidade à formação.

Uma das entrevistadas<sup>14</sup>, estudante de Engenharia relata a ocasião, na qual um professor em classe disse “ser a favor” das cotas mas que para ele depois “disso” estava muito difícil dar aulas na UFSC. Que os/as estudantes que estavam entrando “não eram preparados para UFSC”, este professor acredita que os/as estudantes já deveriam entrar na Universidade sabendo como este passo interage e é vivenciado pelos acadêmicos, e não “se fazendo de coitados”.

Tal estudante relata que havia no mínimo cinco cotistas negros na sala de aula e que todos, inclusive ela, infelizmente não conseguiram concluir a disciplina: “Bem preconceituoso a fala dele. Só que também não falei nada, mas acabei saindo dessa matéria também.”

Outra estudante de Engenharia fala sobre as dificuldades de permanecer dentro da Universidade e lembra de outros colegas que também entraram por cotas na Universidade e tiveram muita dificuldade em permanecer.

---

<sup>14</sup> De acordo com o termo assinado pelos/as entrevistados/as, o Projeto Observatório das Ações Afirmativas pode utilizar o conteúdo das entrevistas, desde que seja preservada a identidade dos envolvidos/as.

“Várias pessoas que eu conheço e que entraram por cotas não conseguiram ficar. Porque não tem condições, normalmente o curso que elas querem é integral, não tem condições de estudar e trabalhar. Ou de trabalhar e estudar. Não tem como é uma ou outra. Então muita gente não ficou. Porque não sentiram que aqui é o lugar deles. Teve gente que eu conheço que nunca entrou na biblioteca, mesmo estudando aqui. Um outro amigo da minha irmã, ele entrou este ano, mas não ficou. Ele disse que as pessoas olhavam torto para ele. E teve o problema da greve no começo do ano e daí ele não podia pegar livros na biblioteca. Daí todo mundo comprou os livros, sabe? E ele não tinha o livro daí ficava com vergonha. Chegava lá na sala e todo mundo tinha.” (Estudante de Engenharia)

E na experiência e produção de conhecimento enquanto um/a universitário/a negro/a tal racismo vai sendo visibilizado e serve também como fonte de reflexão dentro da academia. Assim o então pós-graduando William Conceição, ingresso pelo Programa de Ações Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFSC, em nível de mestrado, em artigo que compõe a coletânea produzida pelo Núcleo de Estudos de Relações Interétnicas (NUER) da mesma instituição, intitulado *Cadernos de Textos e Debates nº 15*, cujo tema era *Ações Afirmativas, Cotas e Formação Acadêmica*, publicado em 2017, argumenta que as importâncias das Ações Afirmativas são evidentes, mas não suficientes pela permanência ainda latente em nossa sociedade da ideologia do racismo.

“Temos que conseguir extrapolar as cotas somente enquanto uma vaga institucional. As ações afirmativas estão aí para reiterar a necessidade de Abertura, e isso nos mais diversos graus, principalmente na necessidade de descolonizar. Não basta entrarmos, devemos ser reconhecidos enquanto sujeitos de direito, sem lugares marcados ou reflexões destinadas. O racismo brasileiro tem se constituído, bem sabemos, a partir da retórica da ideologia da mestiçagem, do jeitinho e do tapa nas costas, em que se escondem as práticas racistas que estão por trás de argumentos tais quais: ‘não sou racista porque estudo’, ‘tenho um amigo’, ‘namorei um negro ou uma negra’, ou agora ‘porque apoio o Programa de Ações Afirmativas’ (Conceição, 2017:54).

No que se refere a pós-graduação, segundo dados do IBGE, a presença de negros e pardos nos mestrados e doutorados mais que dobrou de 2001 até 2013. No entanto, de

acordo com a mestranda em Antropologia da UFSC, Larisse Pontes (2017) em termos gerais representamos apenas 28.9% de todas/todos os/as estudantes em pós-graduação em um país que tem mais de 52% da sua população considerada negra. Tal dado reflete, mais uma vez, a situação de desigualdade que a população negra há muito tem reclamado e encontra-se inserida, demonstra também a dificuldade de integração dessa população, muito bem apontada por estudiosos como Florestan Fernandes.

Yérsia Souza de Assis, doutoranda em Antropologia na UFSC e também autora desta coletânea argumenta que no momento que passamos a acionar esses novos espaços sociais se questiona sobre o quanto ainda temos dificuldade em discutir no ambiente acadêmico os tensionamentos que circundam os debates sobre raça, racismo e relações raciais. De igual forma a autora também se questiona em que medida garantindo um modelo de reserva de vagas na Pós estamos assegurando uma discussão, senão coerente, mas honesta sobre o tema.

“Nesse quesito considero muito importante o meu ingresso, e a garantia da minha permanência por parte do meu programa ao conceder bolsa desde o início, pois, para mais do que a minha satisfação pessoal em passar numa seleção de doutorado, e assim continuar minha trajetória acadêmica, o meu ingresso aciona itens representacionais, e aqui, rapidamente, cito o item da raça e do gênero como elementos constitutivos dessa experiência. Afinal, eu faço parte de uma parcela sub-representada elevada à máxima potência: mulheres negras nordestinas pós-graduandas. O reflexo disso é o número quase zero de professoras universitárias com essas características” (Assis, 2017:17).

Assis (2017) também destaca que este debate também se configura com uma perspectiva reversa e “aqui, atendo-me ao racismo institucional, que por vezes vai relegar a pessoas como eu, por exemplo, que estudam cotas e ações afirmativas, (...) um espectro ‘militantesco’, no sentido que não conseguindo mais desqualificar as trajetórias de inserção e permanência dos alunos cotistas, outra via é desqualificar as pesquisas às quais estamos vinculados” (Assis, 2017: 18).

Sobre a visibilidade dos privilégios que constituem a estrutura da universidade Conceição (2017) ressalta que dentro desse processo de descolonização os estudos de

branquitude podem ser profícuos, dentro dos seus limites teóricos e metodológicos, uma vez que situam o homem branco, pelo menos como homem comum, apresentando-o dentro das teias das relações humanas. Onde seu corpo antes entendido e desunificado como universal, passa agora, a ser esquadrihado como qualquer outro, e posto em relação com outros corpos.

“Digamos, com certo exagero e uma dose de provocação que os estudos de branquitude pretendem trazer o branco para o campo da realidade, afogando-os, tirando-o de sua pretensa universalidade. Neste caso, se afogássemos os brancos nas relações interétnicas, assim como os cientistas fizeram com outros grupos, talvez, veríamos emergir de seus corpos as vossas branquitudes e o poder que resulta dela em toda sua potência” (Conceição, 2017:49).

Já durante a Vivência Xirê: sentidos criados no fazer Edição Especial, ministrada por mim no Espaço Cultural de Gênero e Diversidade aos estudantes negros e negras da UFSC, no último dia 26 de outubro de 2018, reunimos oito participantes dentre eles/elas: uma graduanda em Matemática, uma graduanda em Geografia, um mestrando em Direito, um doutorando e uma doutoranda em Física, uma mestranda em Saúde Pública, uma participante do Maracatu Arrasta Ilha, grupo que ocupa o espaço público da UFSC aos domingos semanalmente e realiza sua prática cultural há 16 anos e uma outra mulher negra que não estudava na UFSC, mas frequentava esta instituição por ter vários amigos e amigas desta instituição.

No encontro que priorizava a presença integral, ignorando qualquer divisão existente entre corpo e mente percorremos a encruzilhada chamando pra caminhada nossos ancestrais, dentre eles/elas estavam os/as familiares, mestres/as da cultura popular e militantes do movimento negro local. Nas lutas apareceram: igualdade de direitos, a educação como ferramenta de transformação, afeto, necessidade de auto-sobrevivência, diversidade, conhecimento, liberdade, representatividade preta, mulheres no poder, dentre outras. Já nos alvos a profissão, a educação, o conhecimento, o compromisso com a sociedade e a felicidade foram algumas das flechas atiradas. Então a partir daí ingressamos num ritual de cura e a sensação é que o tempo passou muito rápido para aqueles momentos necessários de cuidado. Já imersos na vivência e um pouco desprovidos das couraças da vida cotidiana falamos sobre o que é ser um corpo negro na UFSC. Das histórias

partilhadas, uma contada por uma das participantes nos mostra que para muitos/as a universidade é um lugar impensável para o corpo negro enquanto estudante. “Minha mãe trabalhava de faxina próximo a UFSC e naquele momento eu pensava este lugar não era pra mim. Só depois que comecei a fazer maracatu fui percebendo que era possível ser estudante”. Outra história partilhada nos mostra uma estudante africana que vem de uma realidade onde toda sociedade é negra, mas também permeada por desigualdades “Demorei um pouco a entender a questão do racismo, e hoje espero através dos meus estudos contribuir um pouco na transformação desta realidade”. E mais histórias vieram à tona, assim como o cansaço corporal e partilhas de doenças por conta dos preconceitos existentes no cotidiano da instituição. Nos abraçamos e brincamos com nossas crianças interiores e saímos resolutos da necessidade de mais momentos como esse que priorizem o bem-estar, ou nos termos de bell hooks (2017) uma auto-atualização.

Poderíamos expor outras inúmeras visões sobre o que é ser um/uma estudante negro/a universitário/a ingresso/a pela política de ações afirmativas, em nível de graduação, mestrado ou doutorado, mas para conectar tais sentidos com os valores afrobrasileiros, como o da ancestralidade, gostaria de relacioná-las com as ideias de Lélia Gonzalez, que segundo a professora Ângela Figueiredo<sup>15</sup> ultrapassou o seu tempo, sendo referenciada constantemente por estudantes universitários/as negros/as da atualidade que ao se colocarem dentro do espaço acadêmico, lançam mão das ideias da autora relacionando-as com suas trajetórias pessoais e projetos de pesquisas. Em outras palavras, na UFSC “o lixo tem falado e numa boa”.

Muitas pessoas conhecem Lélia Gonzalez como uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU), mas pouco é mencionada a sua condição de antropóloga negra feminista brasileira. Em sua comunicação, intitulada *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, publicado em 1979, tal autora argumenta o quanto o conhecimento teórico é construído reforçando a superioridade da população branca.

Segundo González (1979) diferentes posicionamentos teóricos têm buscado explicar a situação da população de cor (negros e mulatos) em nosso país, na medida em que tal

---

<sup>15</sup> Em conferência durante o 6º Curso de Curta Duração de Gênero e Feminismo, promovido pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG), realizado na UFSC em agosto de 2018.

situação se traduz numa participação mínima nos processos políticos, econômico e cultural. Apesar da seriedade dos teóricos brasileiros, percebe-se que muitos deles não conseguem escapar as astúcias da razão ocidental.

A autora cita exemplos como a sociologia acadêmica que se posicionava na época no sentido de - das mais diferentes maneiras - apreciar a integração e assimilação do negro como algo a ocorrer graças às exigências lógicas do industrialismo e, conseqüentemente, da modernização. Nesse sentido, a análise do processo abolicionista, pelos teóricos dessa tendência, justifica a situação atual de marginalização do negro. Como exemplos dessa perspectiva temos autores como Carlos Hasenbalg (1977), Clóvis Moura (1977), Florestan Fernandes (1972; 1977; 1978) e Otávio Ianni (1972). Tal interpretação, nos termos de González, além de deslocar para o negro as razões de sua mobilidade social, não considera o fato de que a grande maioria da população de cor (90%) já se encontra livre e economicamente ativa antes de 1888. Por outro lado, tal análise libera o segmento branco, e suas instituições, em face da menor responsabilidade quanto à situação atual do negro.

A segunda tendência teórica apontada por González (1979) é representada pelo marxismo ortodoxo. Aqui, a categoria “raça” acaba por se diluir numa temática economicista uma vez que a discriminação não passa de um instrumento manipulado pelo capitalista que visa, mediante a exploração das minorias raciais, dividir o operariado.

Por fim a terceira abordagem é aquela que afirma serem os grupos subordinados, que internalizam o processo de colonização. Tal tendência tem a ideologia do branqueamento como pano de fundo daqueles discursos que exaltam o processo de miscigenação como a expressão mais acabada da nossa “democracia racial”.

Assim é possível identificar muitos dessas abordagens teóricas atualmente dentro do espaço acadêmico, bem como em toda nossa sociedade. É claro que de 1979 para 2018 muito da dívida histórica da sociedade brasileira com a população negra foi reconhecida, o racismo foi visibilizado, criou-se mecanismos legais de criminalização de atitudes discriminatórias e políticas compensatórias para este segmento populacional por toda opressão vivida. Os processos de empoderamento<sup>16</sup> negro se multiplicaram. Mais negros e

---

<sup>16</sup> Jocy Berth (2018) argumenta que o empoderamento não é um fim em si mesmo, mas um processo. Assim quando falamos que estamos dando poder, em verdade, estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, principalmente um entendimento

negras ocupam espaços sociais que antes eram impensáveis. Mas há ainda muito por se fazer, como por exemplo aumentar o número de docentes negros e negras da UFSC que hoje não preenchem nem dez dedos de nossas duas mãos negras. E ainda na conjuntura atual, por compreensão política de que essas ações consistem em favoritismos de alguns e não reconhecimento do racismo que estrutura a nossa sociedade, corremos sérios riscos de ter todas essas conquistas aos poucos desconstruídas.

#### **4.Considerações Finais**

Através deste artigo observamos que por meio da adoção de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros/as e indígenas, perspectivas e novos desafios se configuram no contexto do acompanhamento, permanência e êxito de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados ou pouco representados. Medidas institucionais corporificam relações dinâmicas de conflitos e negociações que envolvem a comunidade acadêmica de gestores/as, servidores/as e estudantes, bem como movimentos sociais organizados de representação dos respectivos segmentos beneficiados.

Nesse contexto surge em 2016 a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) da UFSC, com status de pró-reitoria, buscando realizar atividades institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas às ações afirmativas e de valorização das diversidades na universidade. Ao longo do artigo pontuamos as ações da SAAD/UFSC principalmente no âmbito das políticas voltadas à inclusão dos grupos específicos de estudantes indígena, mulheres, LGBTT+ e negros/as, porém tais ações não se restringem a esses grupos, tendo outras atividades voltadas aos e às estudantes com vulnerabilidade sócio-econômica, aos e às deficientes, ao acesso às tecnologias e à inclusão digital; e, iniciativas como acolhimento diferenciado para discentes mães, e programas direcionados aos/às estudantes idosos/as.

Com base nesse contexto de atuação inserimos a reflexão e vozes sobre o que é um ser um/uma negro/a e universitário/a ao mesmo tempo, pois a presença de estudantes negros/as ingressos/as por ações afirmativas passa a ser uma presença que afeta, pois revela

---

sobre sua condição social e política e por sua vez, um estado psicológico perceptível do que se passa ao seu redor.

os privilégios, dá visibilidade ao racismo estruturante da própria universidade e de sua comunidade acadêmica.

Também tal condição nos oferece a possibilidade de reconhecimento e formação de coletivos de estudantes negros e negras que passam juntos a reivindicar o respeito a sua presença e a valorização de outros conhecimentos que escapam de uma perspectiva eurocêntrica.

Nesse sentido por mais que a SAAD/UFSC realize ações que permitam a permanência de estudantes negros/as há ainda um descompasso entre as demandas deste segmento populacional da comunidade acadêmica e as atividades realizadas pela instituição e, principalmente, ainda não se tem ações institucionais referente à dimensão de ensino, ou seja mudanças de currículo nos vários âmbitos de formação, que considerem os saberes da população e cultura negra como epistemologias válidas. Tais iniciativas quando ocorrem contam muito mais com a boa vontade do/da professor/a, do que da instituição. Dessa maneira avaliar as políticas de ações afirmativas da UFSC, no que tange seus diálogos com os/as estudantes negros/as é muito mais repensar que a ideia de ação afirmativa não apenas por quem entra na universidade, mas para própria instituição que ganha a oportunidade de se refazer com tais presenças.

## 5.Referências Bibliográficas

- BERTH, Joice. O que é empoderamento? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- DECRETO No 7.824, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- DU BOIS, W.E.B. Do nosso esforço espiritual [1903]. In: As Malhas que o Império tecem. Manuela Riberio Sanches, 2011[1951].
- Entrevista realizada com Aurivar Fernandes Filho, coordenador da CDGEN/SAAD, em 20/08/2018.
- Entrevista realizada com Francis Solange Vieira Tourinho, Secretária de Ações Afirmativas e Diversidades/SAAD, em 10/08/2018.
- Entrevista realizada com Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, diretor administrativo da SAAD, em 03/08/2018.
- FANON, Frantz. Racismo Cultura. In: As Malhas que os Impérios Tecem. Manuela Riberio Sanches (Org.). Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011 [1951].
- GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association. Pittsburgh, Pensilvânia, USA, 5-4 abril, 1979.



- hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2ª edição, 2017.
- hooks, bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. In: Feminismo e Antirracismo. Revista de Ciências Políticas, Brasília, n. 16, pp. 193-210, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé. DOCUMENTO PARA O ENCONTRO DE ESPECIALISTAS EM ASPECTOS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL RELATIVOS AO GÊNERO. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171, jan. 2002. ISSN 1806-9584.
- LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Catarina/SC: Ed. Letras Contemporâneas, 1996.
- NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Vozes, Petrópolis, 1980.
- NUER, Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. Cadernos Textos e Debates. Universidade Federal de Santa Catarina, nº 15 (2016) - Florianópolis: UFSC/NUER, 2017.
- Ôri. Direção: Raquel Gerber. Brasil, 1989. DVD.
- Parecer do Ministro Ricardo Lewandowski sobre cotas raciais no Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- PORTARIA NORMATIVA No – 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- Proposta da Comissão de Acesso e Diversidade Sócioeconômica e Étnico-Racial: Ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial na UFSC: considerações preliminares.
- RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 52/CUn/2015, DE 16 DE JUNHO DE 2015. Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para os Processos Seletivos de 2016 a 2022. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 41/CUn/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014. Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para o Vestibular 2015. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 33/CUn/2013, DE 17 SETEMBRO DE 2013. Dispõe sobre as ações afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para o concurso vestibular de 2014. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 26/CUn/2012, de 16 de outubro 2012. Adequa o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina a Lei

12.711/2012 e normas complementares. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.

- RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 22/CUn/2012, DE 29 DE JUNHO DE 2012. Reedita o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007. Cria o “Programa de Ações Afirmativas” da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/legislacao/>. Acessado em 04 de novembro de 2018.
- SAAD, Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades. Disponível em: <http://saad.ufsc.br/graficos-genero-na-ufsc/> Acesso em: 06 de setembro de 2018.
- TRATENBERG, Marcelo H. R.; Alexandra C. Boing; Antonio F.Boing; Antonella M.I. Tassinari. O Impacto das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011). In: O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Jocélio Teles dos Santos (Organizador).Salvador: CEAO, 2013.